



ATA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2019

No dia 14 de março de 2019, os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba se reuniram para a 1ª reunião extraordinária do ano de 2019 do CBH AMAP PN1, no Auditório da Câmara Municipal de Patrocínio, situado na Praça Olimpio Garcia Brandão, 1488, bairro Constantino. Estiveram presentes os seguintes membros: PODER PÚBLICO ESTADUAL: Lázaro Heliton Santos Cortes (PMMG), Maurício Antônio de Oliveira Coelho (EPAMIG), Henrique Queiroz Borges (EMATER), Bruno Neto de Ávila (IGAM), Rubens Maciel Capuzzo (IEF), Rodrigo Angeliz Alvarez (SEMAD). PODER PÚBLICO MUNICIPAL: Marco Antônio Nunes de Melo (Prefeitura Municipal de Guimarães), Kassio Henrique Gama Souza (RIDES), Caio Marcos Veloso (Prefeitura Municipal de Patrocínio), Wilson José da Silva (AMAPAR), Agno Rosa de Castro (AMAPAR), Elci Lemes Pereira (Prefeitura Municipal de Nova Ponte), Eni Aparecida do Amaral (Prefeitura Municipal de Patos de Minas), Bruno Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Araguari). USUÁRIOS: Helberth Henrique Raman Vale Teixeira (FIEMG), Sérgio Luiz Gato (Furnas Centrais Elétricas S.A.), Fernando Costa Faria (Federação dos Cafeicultores do Cerrado), José Nunes Caixeta (Sindicato Rural de Patrocínio), Leocarlos Marques Mundim (COOXUPÉ), José Américo Carniel (Associação dos Produtores Rurais Irrigantes e Usuários de Água da Região Mundo Novo), Jairo José Carneiro (COPASA), Sebastião Cardoso de Farias (SAE – Araguari), Márcia Marques Magalhães Borges (DAE – Patrocínio). SOCIEDADE CIVIL: Eusímio Felisbino Fraga Junior (UFU), Arthur Roque Dias (CREA – MG), Cláudio Junio Leocádio (OAB), Antonio Geraldo de Oliveira (AMEDI), Antonio Giacomini Ribeiro (FONASC), José Geraldo Teixeira (ANGÁ), Patricia Antunes dos Reis (AFES). Como visitantes da Assembleia estiveram presentes: Uaitan Marcos de Paula Dalcin (CBH Urucuia), Frederico de Sousa (SAE Araguari), Diego Cavalcante Mota (Consórcio Intermunicipal – Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – RIDES). Pontos de pauta a serem discutidos: Item 01 – Aprovação da Minuta de indicação das entidades membro do CBH Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba para compor o Grupo Trabalho de discussão do processo de implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. O presidente inicia a reunião



32 pedindo para que todos fiquem de pé para execução do Hino Nacional. Logo após é
33 feita a leitura da pauta da reunião. O presidente da plenária sugere que cada segmento
34 (Diretoria do Comitê, Sociedade Civil, Usuários, Poder Público Municipal) se reúna
35 separadamente para tomar a decisão de quem serão as respectivas entidades
36 representantes no GT. Os conselheiros concordaram e se reuniram para a decisão. Ao
37 retorno da Assembleia os segmentos fizeram suas indicações. A diretoria do Comitê
38 indicou Sr. Antonio Geraldo. A Sociedade Civil fez a indicação da Ação Franciscana de
39 Ecologia e Solidariedade (AFES) como titular e do Conselho Regional de Engenharia e
40 Agronomia (CREA) como suplente. Os usuários indicaram a Companhia de
41 Saneamento de Minas Gerais (COPASA) como titular e a Federação das Indústrias do
42 Estado de Minas Gerais (FIEMG) como suplente. O Poder público municipal fez a
43 indicação do Consorcio Intermunicipal – Região Integrada de Desenvolvimento
44 Sustentável (RIDES) como titular e da Associação dos Municípios da Microrregião do
45 Alto Paranaíba (AMAPAR) como suplente. O representante do Poder Público Estadual,
46 como declarado na deliberação aprovada, será o Instituto Mineiro de Gestão das Águas
47 (IGAM). O presidente põe em votação a indicação feita pelos membros e a assembleia
48 aprova, em votação, a deliberação de indicação. O presidente abre a palavra à plenária.
49 Sr. Fernando afirma que o GT deve dar ênfase a forma de se fazer uma aplicação
50 consciente dos recursos arrecadados, e observa a importância da atuação dos membros
51 da Sociedade Civil que tem contato com maior frequência com a aplicação do dinheiro
52 em gestão e regulamentação ambiental veiculada a água. O Sr. Antonio Giacomini
53 considera a possibilidade de entidades pagantes pelo uso de recursos hídricos, que
54 tenham projetos de melhoria da qualidade e quantidade de água na bacia, assumam parte
55 dos recursos arrecadados para aplicação direta nesse propósito. Leocarlos expõe que
56 para que projetos futuros deem certo é preciso primeiro a mobilização técnica depois a
57 mobilização política. Sr. Giacomini faz um convite aos conselheiros de um Treinamento
58 de Cadastro e Avaliação de Segurança de Barragens, ministrado por ele, oferecido pela
59 ASSO BAG. A ideia surgiu a partir das Portarias nº2 e nº3 criadas pelo IGAM que
60 exigem o cadastro de todos os barramentos, além de apresentarem os critérios de
61 classificação deles, as normas para inspeção de segurança, entre outras exigências e
62 parâmetros. Sr. Wilson José trás a plenária um caso recente de rompimento de um



piscinão d'água na região de Patos de Minas e trás o questionamento sobre as atitudes que o Igam pode tomar como órgão gestor e se é necessário licenciamento para a obra. Primeiramente, Sr. Fernando afirma que a partir de uma Portaria publicada em 2006 pelo CONAMA, o estado de Minas Gerais negou todas as obras de barragens que foram solicitadas pelo agronegócio para irrigação. O piscinão depende da autorização para o uso da água e, do engenheiro responsável pela obra, para a sua construção. É importante respeitar o trabalho do profissional, visto que essa é uma obra de engenharia. O piscinão foi à alternativa encontrada pelo agronegócio para regularizar o uso do recurso. Sr. Bruno Neto de Ávila complementa que caso a estrutura seja construída em área comum e sem vegetação nativa, a autorização não é necessária, visto que o piscinão é uma caixa d'água em grandes proporções. Em casos de defeitos ou rompimentos a responsabilidade é do engenheiro e do empreendedor, assim como a manutenção e monitoramento. Casos em que a obra não seja em área comum, a autorização é em nível de outorga. No estado de MG, hoje, estão suspensas as concessões de outorgas vinculadas a captação para estruturas de piscinões. Sr. Jose Américo, que acredita ter no noroeste o maior numero de piscinões do estado de MG, diz que os produtores da região tem os reservatórios licenciados e captam água nos períodos de chuva para o seu abastecimento. Sr. Bruno diz que a ênfase hoje em relação à preocupação dessas estruturas se faz dos fatos ocorridos nos últimos anos. Complementando essa fala, Sr. Leocarlos afirma que a opinião publica esta, no momento, a flor da pele devido aos acontecimentos em Brumadinho e Mariana, o que acabou fazendo com que houvesse uma generalização dos barramentos, como se todos eles – inclusive os que servem o agronegócio – pudessem, em sua pior versão, causar danos sociais e ambientais como os ocorridos com os rejeitos de mineração. Consensualmente, o Sr. Fernando finaliza que algumas responsabilidades estão caindo em cima de órgãos ou pessoas erradas e, os membros do Comitê, com seus conhecimentos técnicos devem disseminar as informações corretas a sociedade para que a as responsabilidades sejam corretamente direcionadas. Sr. Helbert Henrique Raman convida a plenária para um Workshop Manifesto de Transporte de Resíduos Sistema MTR, oferecido pela FIEMG. Devido o local da próxima reunião estar em aberto, o presidente da plenária abre discussão e votação. Alguns conselheiros sugerem reuniões itinerantes, porém, em votação, a



plenária decide que a próxima reunião será em Patrocínio. O presidente faz agradecimentos ao empenho dos conselheiros, a cessão do espaço pela Câmara, a prefeitura pelo apoio ao CBH AMAP PN1. Não tendo outros assuntos a se tratar o presidente declara encerrada a reunião e eu Secretaria Administrativa redigi esta ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo secretario executivo e pelo presidente.

Leocarlos Marques Mundim
Presidente do CBH AMAP / UPGRH PN1

Antônio Geraldo de Oliveira
Secretário do CBH AMAP